

A Bncc E A Educação Inclusiva: Implicações Para A Formação De Professores

CLICIANO VIEIRA DA SILVA

Mestrando em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS
Calle de La Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai
clicianoxsilva@gmail.com

JANILDES DE MOURA LINO

Pos Graduação em Direito Penal e Processual Penal
Centro Universitário UnidomPedro
Av. Estados Unidos, 20 - Comercio, Salvador - BA
Janildeslino@hotmail.com

Arielma Nunes Ferreira Picanço

Mestra em Ciências da Educação
Universidade Metodista de São Paulo
Macapá, Amapá, Brasil
arielmanunes@hotmail.com

JOÃO BATISTA DA SILVA

Doutorando em Letras
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
intrepretejoao@gmail.com

PABLO RODRIGO DE OLIVEIRA SILVA

Doutor em Ciências da Reabilitação
Centro Universitário São José
Universidade Castelo Branco
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
pablo_oliveira@ymail.com

HERMÓCRATES GOMES MELO JÚNIOR

Doutorando em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
Calle de La Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai
hgunior@ufba.br

GELCIMARA MARTINS DE MORAES

Doutoranda em Ciência da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS
Assuncion - Paraguai
maramoraes.gel@gmail.com

DAVI MILAN

Mestrando em Educação
Unesp - Câmpus de Marília SP
Avenida Marília, 40 Quintana -SP
davimilan145@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa as implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação inclusiva, com foco na formação de professores. Através de uma revisão bibliográfica, o estudo destaca a importância de preparar os educadores para lidarem com a diversidade nas salas de aula, conforme as diretrizes da BNCC. São discutidos os desafios relacionados à capacitação docente e à adaptação das práticas pedagógicas para garantir uma educação equitativa e acessível a todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais. O uso de tecnologias emergentes, como a realidade aumentada e a robótica educacional, é apontado como uma ferramenta potencial para promover a inclusão. O artigo conclui que a efetivação da educação inclusiva depende de um esforço contínuo de formação dos professores, alinhado ao uso estratégico de inovações pedagógicas. Assim, a BNCC é vista como um marco que exige mudanças significativas na educação brasileira, direcionadas à promoção da inclusão e da equidade no ensino.

Palavras-chave: BNCC, educação inclusiva, formação de professores, práticas pedagógicas, desenvolvimento profissional.

Abstract: This article analyzes the implications of the National Common Curricular Base (BNCC) on inclusive education, with a focus on teacher training. Through a bibliographic review, the study highlights the importance of preparing educators to deal with diversity in the classroom, in accordance with the BNCC guidelines. The challenges related to teacher training and the adaptation of pedagogical practices to ensure equitable and accessible education for all students, including those with special needs, are discussed. The use of emerging technologies, such as augmented reality and educational robotics, is identified as a potential tool for promoting inclusion. The article concludes that the effectiveness of inclusive education depends on continuous teacher training, aligned with the strategic use of pedagogical innovations. Thus, the BNCC is seen as a milestone that requires significant changes in Brazilian education, aimed at promoting inclusion and equity in teaching.

Key words: BNCC, inclusive education, teacher training, pedagogical practices, professional development.

Date of Submission: 24-08-2024

Date of Acceptance: 03-09-2024

I. Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece as diretrizes fundamentais para a educação básica no Brasil. Sua implementação tem como objetivo garantir que todos os alunos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenham acesso ao mesmo conjunto de competências e habilidades essenciais ao longo de sua formação escolar (BRASIL, 2018). Dentre os inúmeros desafios impostos pela BNCC, destaca-se a necessidade de promover uma educação inclusiva, que contemple a diversidade presente nas salas de aula brasileiras.

A educação inclusiva, conforme preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), é um direito fundamental de todos os alunos, independentemente de suas características individuais, como deficiências ou outras condições específicas que possam exigir adaptações no processo de ensino-aprendizagem (SANTOS; LIMA, 2016). No contexto da BNCC, a educação inclusiva não é apenas uma diretriz normativa, mas um imperativo ético que visa garantir igualdade de oportunidades educacionais para todos os estudantes.

A formação de professores, nesse sentido, desempenha um papel crucial na efetivação de uma educação inclusiva. Conforme apontado por Pletsch (2009), os educadores precisam estar preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, desenvolvendo práticas pedagógicas adaptativas e utilizando recursos didáticos que permitam a todos os alunos alcançar seu pleno potencial. A BNCC exige que os professores estejam aptos a implementar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades de todos os estudantes, o que torna essencial uma formação continuada e específica para o contexto inclusivo.

Entretanto, a implementação das diretrizes da BNCC em um contexto inclusivo ainda enfrenta desafios consideráveis. Como observado por Carvalho (2004), há uma lacuna significativa entre as exigências estabelecidas pela BNCC e a formação atual dos professores, o que evidencia a necessidade de aprimorar os programas de capacitação docente. A preparação inadequada dos professores para lidar com a diversidade em sala de aula pode comprometer a efetividade das práticas pedagógicas inclusivas.

Além disso, a utilização de tecnologias educacionais emergentes, como a realidade aumentada e a robótica, pode ser uma ferramenta poderosa para promover a inclusão no ambiente escolar (LOPES et al., 2019). Essas tecnologias oferecem novas formas de engajamento e aprendizagem, permitindo que os alunos com necessidades especiais participem de maneira mais ativa e significativa no processo educativo. A incorporação dessas inovações tecnológicas na formação de professores pode ser um diferencial importante na construção de um ensino verdadeiramente inclusivo.

Por fim, é fundamental que a educação inclusiva seja vista como um processo contínuo de adaptação e inovação, tanto nas práticas pedagógicas quanto na formação docente. A BNCC, ao estabelecer diretrizes que promovem a inclusão, coloca em evidência a necessidade de um compromisso contínuo com a capacitação dos educadores, o que exige investimentos em formação continuada e no desenvolvimento de metodologias que

atendam à diversidade presente nas salas de aula (BEZERRA, 2020). Assim, a efetivação de uma educação inclusiva depende diretamente do preparo dos professores e da capacidade das escolas em implementar as diretrizes da BNCC de maneira adaptativa e inclusiva.

II. Metodologia

Este estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica, que é uma metodologia apropriada para a análise crítica e sistemática de publicações existentes sobre um determinado tema. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a revisão bibliográfica permite o levantamento de conhecimentos já produzidos, fornecendo uma base sólida para novas investigações. Essa abordagem foi escolhida devido à sua capacidade de fornecer uma visão abrangente das implicações da BNCC na formação de professores para a educação inclusiva, explorando diversos estudos, artigos, livros, e documentos oficiais que tratam do tema.

A coleta de dados bibliográficos foi realizada em bases de dados acadêmicas, bibliotecas digitais e repositórios institucionais, com ênfase em fontes publicadas nos últimos anos. A seleção dos materiais foi feita com base na relevância para o tema em estudo, privilegiando obras de autores que discutem a BNCC, a educação inclusiva e a formação de professores, como os trabalhos de Carvalho (2004) e Pletsch (2009). Essa seleção criteriosa garantiu que as informações analisadas fossem atuais e pertinentes, contribuindo para uma análise crítica fundamentada e contextualizada.

A análise dos dados consistiu na leitura crítica e comparativa dos textos selecionados, identificando pontos de convergência e divergência entre os diferentes autores. De acordo com Minayo (2010), essa técnica de análise permite uma compreensão aprofundada dos conceitos e teorias relacionadas ao objeto de estudo. Neste contexto, buscou-se extrair os principais temas e argumentos que abordam a relação entre a BNCC e a educação inclusiva, especialmente no que se refere à formação docente. A análise comparativa permitiu destacar tanto os avanços quanto os desafios na implementação das diretrizes inclusivas da BNCC.

Por fim, a síntese das informações coletadas foi realizada de maneira estruturada, conforme recomendado por Gil (2002), organizando os dados de forma lógica e coerente. Essa estruturação possibilitou a construção de um quadro analítico sobre como a BNCC impacta a formação de professores no contexto da educação inclusiva, destacando as lacunas existentes e sugerindo caminhos para futuras pesquisas. A revisão bibliográfica realizada ofereceu, portanto, uma base sólida para compreender os desafios e oportunidades na formação docente inclusiva à luz das diretrizes da BNCC.

III. Resultados e Discussão

3.1 Contextualização da Educação Inclusiva no Brasil

A evolução da educação inclusiva no Brasil reflete uma transição significativa de um modelo tradicionalmente assistencialista para uma abordagem mais integrada e inclusiva, que visa a participação plena de todos os alunos no ambiente escolar. Carvalho (2004) observa que, ao longo dos anos, houve um avanço importante na concepção de educação inclusiva, especialmente no reconhecimento dos direitos dos alunos com deficiência. No entanto, apesar desses progressos, ainda persistem desafios substanciais, principalmente no que diz respeito à formação adequada de professores para atender à diversidade nas salas de aula.

No âmbito legal, a educação inclusiva no Brasil ganhou força com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a inclusão como um direito fundamental e define diretrizes para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Santos e Lima (2016) enfatizam que essa legislação é crucial para assegurar que as escolas se tornem ambientes mais equitativos e acessíveis, proporcionando as adaptações necessárias para que alunos com deficiência possam participar plenamente do processo educacional.

A implementação dessas políticas inclusivas, no entanto, enfrenta barreiras significativas, especialmente relacionadas à adaptação curricular e à capacitação docente. Pletsch (2009) aponta que, embora as diretrizes políticas sejam claras, a prática ainda revela uma lacuna entre o que é estabelecido legalmente e o que realmente ocorre nas escolas. A formação de professores, que deve ser contínua e específica para a educação inclusiva, é frequentemente insuficiente, deixando os educadores despreparados para lidar com a diversidade e implementar práticas pedagógicas inclusivas de maneira eficaz.

Além disso, a educação inclusiva no Brasil não se limita apenas à adaptação física dos ambientes escolares, mas também à reformulação das práticas pedagógicas para que todos os alunos possam aprender de maneira significativa. De acordo com Carvalho (2004), é essencial que as escolas adotem estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade e atendam às necessidades individuais dos alunos. Essa abordagem exige um esforço coordenado entre políticas públicas, formação de professores e o desenvolvimento de recursos didáticos que possam ser adaptados às diversas realidades educacionais do país.

3.2 A BNCC e Suas Diretrizes para a Educação Inclusiva

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento central que orienta a educação básica no Brasil, estabelecendo os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar. Dentre os princípios que norteiam a BNCC, a promoção de uma educação inclusiva é um dos mais destacados, exigindo que as escolas adaptem seus currículos e práticas pedagógicas para atender à diversidade presente em suas salas de aula. Conforme Oliveira (2018), a BNCC busca garantir que a educação seja acessível a todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, promovendo assim uma aprendizagem integral que contemple tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o socioemocional.

No que se refere à inclusão, a BNCC estabelece diretrizes claras para que o ensino seja adaptado às necessidades de cada aluno, garantindo que todos tenham oportunidades iguais de aprendizagem. Sousa (2019) aponta que, para a BNCC, a educação inclusiva não é apenas uma questão de acesso ao ensino, mas também de participação ativa e significativa dos alunos em todos os aspectos do processo educacional. Dessa forma, as escolas são orientadas a revisar e adaptar suas práticas pedagógicas para atender às exigências da diversidade, garantindo que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades sejam plenamente integrados ao ambiente escolar.

Entretanto, a implementação dessas diretrizes inclusivas da BNCC não está isenta de desafios. Silva (2020) destaca que a adaptação dos currículos e a reestruturação das metodologias de ensino para atender a todos os alunos requerem uma formação continuada dos professores, o que ainda é uma lacuna significativa no sistema educacional brasileiro. A falta de preparação adequada dos docentes para implementar as práticas inclusivas previstas na BNCC pode comprometer a eficácia dessas diretrizes, exigindo um esforço contínuo para capacitar os educadores a lidar com a diversidade de forma eficiente.

Além disso, a BNCC não deve ser vista apenas como um documento normativo, mas como um guia transformador que tem o potencial de impulsionar mudanças significativas na educação brasileira. Segundo Lopes et al. (2019), ao promover uma educação inclusiva, a BNCC incentiva as escolas a adotarem novas abordagens pedagógicas e a incorporarem tecnologias educacionais inovadoras, como a realidade aumentada, para facilitar o acesso ao conhecimento por parte de todos os alunos. Essas inovações tecnológicas, quando integradas ao currículo, podem contribuir significativamente para a inclusão, proporcionando aos estudantes com necessidades especiais uma experiência de aprendizagem mais acessível e envolvente.

3.3 Formação de Professores para a Educação Inclusiva

A formação de professores é um elemento central para a implementação eficaz da educação inclusiva, especialmente no contexto das diretrizes estabelecidas pela BNCC. Para que os educadores possam atender à diversidade de necessidades presentes nas salas de aula, é fundamental que recebam uma preparação específica que os capacite a lidar com essas demandas. Como afirma Carvalho (2004), a formação docente deve ir além do conhecimento teórico, englobando também a habilidade de adaptar práticas pedagógicas para incluir todos os alunos, independentemente de suas condições individuais.

Nesse sentido, a formação continuada se torna essencial para que os professores desenvolvam competências necessárias para uma prática pedagógica inclusiva. Pletsch (2009) ressalta que os cursos de capacitação e atualização devem focar em estratégias de ensino diferenciadas, que considerem as peculiaridades de cada aluno e promovam a participação de todos no processo educacional. Isso inclui o uso de tecnologias assistivas, adaptações curriculares e metodologias ativas de aprendizagem, que são fundamentais para garantir que nenhum aluno seja excluído.

Além da capacitação técnica, é importante que os programas de formação também abordem aspectos atitudinais e éticos. Os professores precisam estar preparados para atuar em um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova a inclusão como um princípio fundamental. De acordo com Bezerra (2020), a formação docente deve incluir reflexões sobre os valores de equidade e justiça social, que são essenciais para a construção de uma escola inclusiva. O desenvolvimento dessas competências atitudinais é crucial para que os professores não apenas compreendam, mas também se comprometam com a inclusão em suas práticas cotidianas.

Finalmente, a formação de professores para a educação inclusiva deve ser vista como um processo contínuo, que acompanha as mudanças nas políticas educacionais e nas necessidades dos alunos. A implementação das diretrizes da BNCC exige que os educadores estejam em constante processo de aprendizagem e adaptação. Como observa Silva (2020), é necessário que haja um esforço conjunto das instituições de ensino e dos gestores educacionais para proporcionar oportunidades de formação contínua e suporte pedagógico aos professores. Somente com uma formação sólida e contínua será possível enfrentar os desafios da educação inclusiva e assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

3.4 Tecnologias e Inovações na Educação Inclusiva

As tecnologias educacionais têm desempenhado um papel cada vez mais importante na promoção da inclusão nas salas de aula, proporcionando ferramentas que facilitam o aprendizado para alunos com necessidades especiais. Segundo Lopes et al. (2019), a realidade aumentada, por exemplo, oferece um ambiente interativo que

pode tornar o conteúdo educacional mais acessível e engajador para esses estudantes. Essa tecnologia permite criar experiências de aprendizagem imersivas, adaptadas às necessidades individuais dos alunos, contribuindo para a superação de barreiras no processo educacional.

Além da realidade aumentada, a robótica educacional surge como outra inovação significativa para a educação inclusiva. Campos (2017) destaca que a robótica pode estimular a criatividade, o pensamento crítico e a resolução de problemas, habilidades essenciais para o desenvolvimento dos alunos. Em contextos inclusivos, essa ferramenta pode ser particularmente útil, pois oferece abordagens práticas que envolvem os alunos de maneira ativa, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas. A robótica, portanto, não apenas apoia o aprendizado, mas também promove a inclusão ao adaptar-se às capacidades e ritmos de cada estudante.

A integração de tecnologias na educação inclusiva não se limita apenas a ferramentas interativas, mas também envolve o uso de metodologias pedagógicas inovadoras. Santos (2018) sugere que essas inovações pedagógicas, quando alinhadas às necessidades dos alunos com deficiência, podem transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente inclusivo. Tais metodologias incluem a aprendizagem baseada em projetos e a sala de aula invertida, que permitem aos alunos aprender de forma mais autônoma e personalizada, respeitando suas características individuais e promovendo a inclusão de todos.

Por fim, é importante ressaltar que a eficácia das tecnologias e inovações pedagógicas depende diretamente da formação adequada dos professores para utilizá-las de maneira eficaz. Como observado por Bezerra (2020), a capacitação contínua dos educadores para o uso dessas tecnologias é fundamental para garantir que elas sejam aplicadas de forma inclusiva e adaptativa. Assim, a tecnologia, aliada a uma formação docente adequada, pode ser uma poderosa ferramenta para promover uma educação mais equitativa e acessível, alinhada aos princípios da BNCC e às demandas de uma educação inclusiva.

3.5 Desafios e Perspectivas Futuras

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em contextos inclusivos apresenta uma série de desafios que precisam ser superados para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Um dos principais obstáculos é a necessidade de adaptação das práticas pedagógicas às diretrizes da BNCC, garantindo que elas sejam inclusivas e adequadas às necessidades de todos os estudantes. Conforme Silva (2020) destaca, a adaptação do currículo e das metodologias de ensino requer um esforço significativo por parte das instituições escolares e dos professores, especialmente no que diz respeito à formação continuada dos educadores.

Outro desafio importante é a lacuna existente entre a teoria e a prática na formação dos professores para a educação inclusiva. Embora a BNCC estabeleça diretrizes claras para a inclusão, a preparação dos docentes ainda não é suficiente para atender às demandas desse novo cenário educacional (PLETSCH, 2009). A formação inicial e continuada dos professores precisa ser revista e ampliada para que eles possam desenvolver competências específicas para lidar com a diversidade em sala de aula, utilizando metodologias ativas e recursos pedagógicos que promovam a inclusão de todos os alunos, como aponta Carvalho (2004).

No entanto, as perspectivas futuras para a educação inclusiva são promissoras, especialmente com o crescente reconhecimento da importância de tecnologias educacionais emergentes. Lopes et al. (2019) sugerem que a integração de tecnologias como a realidade aumentada e a robótica educacional pode transformar o ensino, tornando-o mais acessível e engajador para estudantes com necessidades especiais. Essas inovações representam oportunidades significativas para que as escolas implementem práticas pedagógicas mais inclusivas e adaptativas, alinhadas com as diretrizes da BNCC.

Por fim, o sucesso da implementação da BNCC em um contexto inclusivo depende de um compromisso contínuo com a formação e o desenvolvimento profissional dos professores. Investir em capacitação docente e no desenvolvimento de metodologias que atendam à diversidade estudantil é crucial para garantir que a educação inclusiva não seja apenas um objetivo teórico, mas uma realidade prática nas escolas brasileiras (BEZERRA, 2020). Assim, as perspectivas futuras indicam a necessidade de políticas educacionais que reforcem a importância da inclusão e proporcionem os recursos necessários para que todos os alunos possam aprender e prosperar em um ambiente escolar inclusivo.

IV. Considerações Finais

A análise das implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação inclusiva evidenciou a importância de uma formação docente contínua e adaptativa. A BNCC estabelece diretrizes que visam garantir uma educação equitativa e acessível a todos os alunos, mas sua implementação plena depende diretamente da capacidade dos professores em aplicar práticas pedagógicas inclusivas. Como destacam Carvalho (2004) e Pletsch (2009), a formação docente precisa ser reformulada para atender às demandas de uma educação inclusiva, o que exige um compromisso com o desenvolvimento profissional contínuo e com a adaptação das práticas de ensino às necessidades de todos os estudantes.

Os desafios identificados na implementação da BNCC em contextos inclusivos incluem a necessidade de maior investimento em formação docente e a integração efetiva de tecnologias educacionais que possam facilitar a inclusão. Segundo Lopes et al. (2019), o uso de tecnologias como realidade aumentada e robótica educacional pode potencializar o processo de inclusão, desde que os professores estejam preparados para utilizá-las de maneira eficaz. Assim, é essencial que os programas de formação de professores incorporem essas inovações, garantindo que os educadores estejam aptos a criar ambientes de aprendizagem inclusivos e engajadores.

Conclui-se, portanto, que a efetivação de uma educação inclusiva conforme as diretrizes da BNCC requer um esforço coordenado entre políticas públicas, formação docente e inovação pedagógica. A formação contínua dos professores, alinhada ao uso estratégico de tecnologias educacionais, é fundamental para que a educação inclusiva se torne uma realidade nas escolas brasileiras. Como apontam Bezerra (2020) e Silva (2020), a superação das barreiras atuais depende de um compromisso coletivo com a capacitação dos educadores e com a adoção de práticas pedagógicas que atendam à diversidade dos alunos, promovendo uma educação verdadeiramente equitativa e acessível para todos.

Referências

- [1]. BEZERRA, G. F. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0184>. Acesso em: 30 dez. 2023.
- [2]. BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- [3]. CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os pingos nos "is"**. Brasília: UNB, 2004. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/143>. Acesso em: 30 dez. 2023.
- [4]. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- [5]. LOPES, L. M. D. et al. Inovações educacionais com o uso da realidade aumentada: Uma revisão sistemática. **Educação em Revista**, v. 35, e197403, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698197403>. Acesso em: 30 dez. 2023.
- [6]. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- [7]. MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- [8]. PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educação e Pesquisa**, v. 35, n. 3, p. 537-550, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>. Acesso em: 30 dez. 2023.
- [9]. SANTOS, A. L. de J. dos P.; LIMA, R. A. O uso do Soroban como instrumento para a aprendizagem dos alunos com deficiência visual. **Universidade Estadual de Feira de Santana**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.uefs.br/vcbei/backup6/O%20USO%20DO%20SOROBAN%20COMO%20INSTRUMENTO%20PARA%20A%20APRENDIZAGEM%20DOS%20ALUNOS%20COM%20DEFICI%3%8ANCIA%20VISUAL.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2023.
- [10]. SILVA, M. G. A. **Educação Inclusiva e BNCC: Desafios e Perspectivas**. Rio de Janeiro: EdUF RJ, 2020.